



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

**LICITAÇÃO POR PREGÃO**  
**N.º 28/2020**

**PAD 18891/2019**

-----  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, TRANSPORTE ,  
ENTREGA E RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS, CABINAS, PASTAS  
E MATERIAIS DAS SEÇÕES ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.**  
-----

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa G3 Polaris Serviços Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.155.999/0001-55 com sede na Av. Tancredo Neves, 2539 Ed CEO Salvador Torre – Salvador- Ba, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora do certame para o item 1 a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 07.605.506/0001-73, concernente ao Pregão nº 28/2019, deste Tribunal, que trata da Contratação de empresa para prestação de serviços de recebimento, transporte, entrega e recebimento de urnas eletrônicas, cabinas, pastas e demais materiais das seções eleitorais das eleições municipais 2020, conforme especificado no anexo 1 do edital.

**1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.**

Inicialmente, cabe salientar que a empresa G3 Polaris Serviços Ltda, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema Comprasnet, conforme documento juntado ao PAD, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos recursais foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega:

*“...Vejamos que a Recorrida deixou de apresentar a documentação destacada no item 11.1.3, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.1”, qual seja, a comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, Resolução nº 4799/2015, de 27 de julho de 2015, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.*

*A Recorrida ofertou o documento descrito no subitem “e.2”, mas tal documento não substitui a certidão RNTRC, pois são documentos distintos, se completam, e não se substituem, como a própria ANTT esclarece na consulta realizada no seu site.*



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

## II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor ratifica a consistência dos documentos de habilitação, sob o argumento de que estes estão em perfeita sintonia com o edital, ao tempo que discorre sobre a falta de interesse processual da recorrente e, por fim, contesta as razões do recurso conforme abaixo:

*“Ao inserir sua peça recursal, é verificado que a Recorrente desiste de tentar desqualificar os atestados de capacidade técnica e a proposta de preços da Recorrente. Assim, alega que a Recorrida deixou de apresentar o RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, documento de habilitação previsto no item 11.1.3 - e.1. E que, somente apresentou o OTM, que é a comprovação de Habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal.*

*A própria Recorrente insere em sua peça recursal, um esclarecimento da ANTT no que refere-se a obtenção do OTM. Em resposta, a ANTT diz que o OTM é um complemento do RNTRC, ou seja, para possuir o OTM uma empresa precisa obrigatoriamente já possuir o RNTRC.*

*A Recorrente sendo uma transportadora tem pleno conhecimento de que o certificado de OTM - Operador de Transporte Multimodal engloba os modais de transporte aéreo, terrestre (RNTRC) e aquático. Ocorre que aquela registrou uma Intenção de Recurso sem motivação justificada e se viu obrigada a apresentar recurso no intuito de burlar penalizações.”*

## III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

### **Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.**

Examinando o recurso apresentadas pela empresa licitante, em cotejo com a condição 11.1.3 do Instrumento Convocatório, bem como o art. 41, lei de licitações, transcrito abaixo, depreende-se que as alegações apresentadas pela recorrente, G3 Polaris Serviços Ltda, não merecem prosperar, muito pelo contrário, pois os argumentos por ela apresentados bem como os julgados dos Tribunais acabaram vindo em socorro da Administração, senão vejamos.

*“É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou*



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

*simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação. Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar a documentação de habilitação jurídica, economia e, em especial, os atestados de capacidade técnica com esteio nos Princípios, dentre outros, da Isonomia, Vinculação ao Edital, Razoabilidade, Julgamento Objetivo, Proporcionalidade, Segurança Jurídica e do Formalismo Moderado.*

*Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO: "Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento." (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417). (grifamos)."*

Nessa toada o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório em conjunto com a art. 41 da lei 8666/93 obrigam a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

*A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.*

*A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou*



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

*direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo. Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em todos os atos da Administração, de modo que não existe interesse público à margem da lei.<sup>1</sup>*

É evidente que o recorrente buscou tão somente protelar a tramitação regular do processo. Além dos motivos elencados pelo recorrido. A condição 11.7 do Instrumento Convocatório autoriza o Pregoeiro para fins de habilitação efetuar pesquisa em sites oficiais. O documento pleiteado pela recorrente, o Pregoeiro juntou ao processo (doc 0692315 fls. 5) segundo condição editalícia. Pelo exposto é notório que este signatário em momento algum se afastou das regras editalícias e muito menos as descumpriu. Diante do exposto não resta dúvidas de que a habilitação da empresa vencedora ocorreu dentro dos princípios que regem a licitação.

*“11.7. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019:”*

Por fim, impende ressaltar de acordo a previsão editalícia condição 12.6 que o processo fica à disposição dos interessados para eventuais consultas.

*“Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do PAD nº 18891/2019 franqueada aos interessados.”*

#### IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto acima entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa **G3 Polaris Serviços Ltda**, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de fundamentos, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, **Ribal Locadora de Veículos Ltda**.

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

---

<sup>1</sup> [https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Noticias/VinculacaoAoInstrumentoConvocatorioEmLicitacoes\\_372/](https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Noticias/VinculacaoAoInstrumentoConvocatorioEmLicitacoes_372/)



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA**  
**COMISSÃO DE PREGÃO**

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de junho de 2020.

Gilson Soares da Conceição  
Pregoeiro



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

**LICITAÇÃO POR PREGÃO**  
**N.º 28/2020**

**PAD 18891/2019**

-----  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, TRANSPORTE ,  
ENTREGA E RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS, CABINAS, PASTAS  
E MATERIAIS DAS SEÇÕES ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.**  
-----

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa G3 Polaris Serviços Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.155.999/0001-55 com sede na Av. Tancredo Neves, 2539 Ed CEO Salvador Torre – Salvador- Ba, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora do certame para o lote 3 a empresa J L M de Almeida Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 86.960.721/0001-69, concernente ao Pregão nº 28/2019, deste Tribunal, que trata da Contratação de empresa para prestação de serviços de recebimento, transporte, entrega e recebimento de urnas eletrônicas, cabinas, pastas e demais materiais das seções eleitorais das eleições municipais 2020, conforme especificado no anexo 1 do edital.

**1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.**

Inicialmente, cabe salientar que a empresa G3 Polaris Serviços Ltda, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema Comprasnet, conforme documento juntado ao PAD, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos recursais foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega:

*“...Vejamos que a Recorrida deixou de apresentar a documentação destacada no item 11.1.3, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.2”, qual seja, a comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto 3411/2000 e Resolução nº 794/2015, de 22 de novembro de 2004.*

*A Recorrida ofertou o documento descrito no subitem “e.1”, mas tal documento não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal - OTM, pois são documentos distintos, se completam, e não se substituem, como a própria ANTT esclarece na consulta realizada no seu site.*



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

## II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor ratifica a consistência dos documentos de habilitação, sob o argumento de que estes estão em perfeita sintonia com o edital e, por fim, contesta as razões do recurso conforme abaixo:

*“Pela leitura das razões recursais, verifica-se, modo sucinto, que o ponto de insurgência diz respeito com a habilitação do recorrido face ao atestado de capacidade apresentado, segundo suas razões “a documentação de habilitação juntada pelo habilitado e vencedor do certame, constatou que o mesmo descumpriu as regras edilícias, uma vez que apresentou documentos de habilitação em desacordo com o Edital”.*

*Alega, que a Recorrida deixou de apresentar a documentação estabelecida no item 11.1.3 do Edital 28/2020, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.2”, qual seja; a comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, tendo ofertado o documento descrito no subitem “e.1”, e que tal documento não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal – OTM.*

*Nesta esteira, alegou que diante do descumprimento no tocante a ausência de apresentação da comprovação do OTM, não há que se falar em diligência para suprir essas omissões, haja vista, não tratar-se de complementação ou esclarecimento, e sim de supressão de documento requerido pelo Edital por parte da Recorrida.”*

## III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

### Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando o recurso apresentadas pela empresa licitante, em cotejo com a condição 11.1.3 do Instrumento Convocatório, bem como o art. 41, lei de licitações, transcrito abaixo, depreende-se que as alegações apresentadas pela recorrente, G3 Polaris Serviços Ltda, não merecem prosperar, muito pelo contrário, pois os argumentos por ela apresentados bem como os julgados dos Tribunais acabaram vindo em socorro da Administração, senão vejamos.

*“É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que*





JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

*deveria integrar o envelope pertinente à habilitação. Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar a documentação de habilitação jurídica, economia e, em especial, os atestados de capacidade técnica com esteio nos Princípios, dentre outros, da Isonomia, Vinculação ao Edital, Razoabilidade, Julgamento Objetivo, Proporcionalidade, Segurança Jurídica e do Formalismo Moderado.*

*Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO: "Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento." (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417). (grifamos)."*

Nessa toada o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório em conjunto com a art. 41 da lei 8666/93 obrigam a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

*A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe lembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.*

*A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração*





JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

*Pública. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo. Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em todos os atos da Administração, de modo que não existe interesse público à margem da lei.<sup>1</sup>*

É evidente que o recorrente buscou tão somente protelar a tramitação regular do processo. Além dos motivos elencados pelo recorrido. A condição 11.1.3, subitem “e.2.1” do Instrumento Convocatório é cristalina ao dispor que ficará dispensada da apresentação da certidão de Operador de Transporte Multimodal (subitem e.2) o licitante que apresentar declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário. A predita declaração foi enviada pelo licitante através da opção “convocar anexo” do sistema comprasnet e encontra-se encartada aos autos (doc 0692356 fls. 12) segundo condição editalícia. Pelo exposto é notório que este signatário em momento algum se afastou das regras editalícias e muito menos as descumpriu. Diante do exposto não resta dúvidas de que a habilitação da empresa vencedora ocorreu dentro dos princípios que regem a licitação.

*“e.2) Comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, **somente para o item 01 e Lote 03**, que contém previsão de utilização de embarcações.*

*e.2.1) Ficará dispensada da apresentação do Registro indicado na **Condição e.2** a Licitante que apresentar declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário.”*

Por fim, impende ressaltar de acordo a previsão editalícia condição 12.6 que o processo fica à disposição dos interessados para eventuais consultas.

*“Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do PAD nº 18891/2019 franqueada aos interessados.”*

#### IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto acima entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa **G3 Polaris Serviços Ltda**, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de fundamentos, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

<sup>1</sup> [https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Noticias/VinculacaoAoInstrumentoConvocatorioEmLicitacoes\\_372/](https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Noticias/VinculacaoAoInstrumentoConvocatorioEmLicitacoes_372/)



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
COMISSÃO DE PREGÃO

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, **JLM de Almeida Ltda.**

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de junho de 2020.

Gilson Soares da Conceição  
Pregoeiro